

A INDELÉVEL HERANÇA PORTUGUESA E A ORIGEM DAS DESIGUALDADES: O ESTAMENTO BUROCRÁTICO OU A TESE DE RAIMUNDO FAORO

THE INDELIBLE PORTUGUESE HERITAGE AND THE ORIGIN OF THE INEQUALITY: THE BUREAUCRATIC STATUS OR THESIS RAIMUNDO FAORO

Rosa Maria Freitas do Nascimento

Mestra e Doutoranda e Direito pelo PPGD/UFPE, professora do curso de graduação em Direito da UNICAP, advogada.

Email: rosafreitas1@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute livro *Os donos do poder* de Raimundo Faoro, um clássico da ciência política brasileira. Com o subtítulo 'formação do patronato político brasileiro', o longo livro, dividido em quinze capítulos, trata dos fundamentos do poder político no Brasil a partir de sua origem portuguesa. Faoro tenta demonstrar a evolução, com certa linearidade já que não teria havido cortes profundos na história nem uma resistência social organizada que pusesse fim ou ameaçasse o gozo dos privilégios historicamente adquiridos. Este artigo retoma os pontos fundamentais dos livro e sua atualidade na realidade brasileira hoje e sua busca pela consolidação da espírito republicano.

Palavras Chaves: DESIGUALDADES; ESTAMENTO BUROCRÁTICO; TESE DE RAIMUNDO FAORO

ABSTRACT

This article discusses the book: *The holders of power* by Raimundo Faoro, a classic of brazilian political science. Subtitled 'formation of the Brazilian political patronage', the long book, divided into fifteen chapters, deals with the fundamentals of political power in Brazil from its Portuguese origins. Faoro attempts to show the evolution with a certain linearity since there would have been deep cuts in social history or an organized resistance that would end or threaten the enjoyment of privileges historically acquired. This article

reflects the key points of the book and its relevance in the Brazilian reality today and his quest for consolidation of republican spirit.

Keys words: **INEQUALITY; BUREAUCRATIC STATUS; RAIMUNDO FAORO**

Apresentação

Este artigo discute livro *Os donos do poder* de Raimundo Faoro, um clássico da ciência política brasileira. Com o subtítulo ‘formação do patronato político brasileiro’, o longo livro, dividido em quinze capítulos, trata dos fundamentos do poder político no Brasil a partir de sua origem portuguesa¹. Faoro defende a tese fundamental sobre a persistência secular do poder em mãos de uma pequena parcela da sociedade, beneficiada na distribuição da riqueza e detentora do prestígio social.

Tenta-se demonstrar a evolução, com certa linearidade já que não teria havido cortes profundos na história nem uma resistência social organizada que pusesse fim ou ameaçasse o gozo dos privilégios historicamente adquiridos. O livro procura abarcar um vasto período histórico que se iniciaria na formação do Estado português, por volta de 1400, até o início do século XX.

Este artigo retoma os pontos fundamentais dos livro e sua atualidade na realidade brasileira hoje e sua busca pela consolidação da espírito republicano.

1.1 Os donos do poder e a desigualdade brasileira

Em contraponto à ideologia capitalista que propaga a possibilidade de mobilidade social e a ética do trabalho², no modelo de análise da formação do patronato brasileiro proposto por Faoro, haveria o engessamento da pirâmide social. O estamento, metáfora que remete à ausência de mobilidade social na Idade Média, alude à estrutura social brasileira como rígida, que penetra na política, lugar onde seus interesses são representados em oposição às reivindicações daqueles que chamaríamos de povo. Seria uma clara oposição entre o ideal capitalista e a possibilidade de ascensão social através

¹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

² Neste autor também percebemos claramente o sutil elogio à sociedade moderna capitalista em trona das virtudes éticas do trabalho e da livre iniciativa o que pode ser sintetizado na influência weberiana. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

do trabalho em oposição aos privilégios de ‘castas’ da nobreza, existente no ciclo econômico antecedente feudalista.

A percepção patrimonialista da elite social desemboca no livro final de Faoro, ‘*A república inacabada*’, onde o autor aborda a Constituição Brasileira de 1988, sua Assembleia Constituinte e a busca por um pensamento político brasileiro, sua autonomia em oposição à dependência e a falta de originalidade³. A república, como ideal a ser perseguido no trato da coisa pública implica a distribuição igual dos benefícios estatais entre os membros da sociedade, e se opõe ao Estado patrimonial, no qual parcela da sociedade, a aristocracia, usa o Estado, exclusivamente, a serviço de seus próprios interesses.

Faoro segue a tradição weberiana e a partir de suas categorias orienta sua percepção das instituições, mais detidamente sobre o processo de racionalização do poder ou sua ausência⁴. No Brasil, o Estado patrimonial seria o desvio do tipo ideal de organização política racional, pois estaria voltado a viabilizar os grupos tradicionais nos lócus de poder que ocupam em oposição a administração racional (burocrática no sentido weberiano clássico), como racionalização das instituições, meritocracia e do exercício das atribuições estatais, legitimada na lei e na aplicação impessoal das regras⁵. Faoro, porém, utilizou-se de outras fontes, inclusive a análise marxista sobre a moeda, a mercadoria e a formação e consolidação do sistema capitalista de produção.

Voltando ao discurso de Faoro sobre a formação do patronato brasileiro, no Capítulo I dos Donos do Poder, o autor trata da origem do Estado Português. Para ele, o fato da península ibérica ter sido ocupado por diversos povos diferentes, passado por intensa instabilidade provocada por guerras sucessivas e do embate do oriente (árabes) e ocidente remoto (visigóticos) fez com que um novo mundo ardente, moldasse um povo essencialmente guerreiro. É diante desse estado de coisas que a figura do rei mostra-se central e imprescindível para a própria sobrevivência política de Portugal. Antes das demais comunidades europeias, ainda no século XIX, precisou Portugal organiza-se administrativamente, formar um corpo próprio de funcionários, o que fez surgir uma

³ FAORO, Raimundo. **A República inacabada**. Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. São Paulo: Globo, 2007.

⁴ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V I. 4ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

⁵ PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UNB, 2002.

camada intermediária na sociedade, paga em terras e em prestígio, que ofertava para um rei uma parcela daquilo que produzia e lhe rendia homenagem e gratidão. É a esse fato que Faoro atribui a origem do estamento. Neste momento, destaca a função jurisdicional, o direito funcionaria como mecanismo de legitimação e justificava as prerrogativas reais nas doações e nos senhorios que praticava⁶.

Para Faoro, com o surgimento do Estado-Moderno em Portugal e Espanha inicialmente, quando os demais povos europeus ainda viviam em pleno regime feudal foi responsável pela substituição da economia natural pela economia monetária, imprescindível para garantir a eficiência da arrecadação. Faoro afirma que em Portugal já se desenvolveu o sistema jurídico ancorado no Direito Romano ancorado na prática escrita. Para ele,

As colunas fundamentais, sobre as quais se assentaria o Estado português, estavam presente, plenamente elaboradas, no direito romano. O príncipe, com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual de todas as pessoas e bens, define-se, como ideia dominante, na monarquia romana. O rei, supremo comandante militar, cuja autoridade se prolonga na administração e na justiça, encontra reconhecimento no período clássico da história imperial. O racionalismo formal do direito, com os monumentos das codificações, servirá, de outro lado, para disciplinar a ação política, encaminhada em constante rumo da ordem social, sob o comando e o magistério da Coroa⁷.

Esta aparente neutralidade do direito, já tendo havido a aproximação do direito romano e canônico dentro do quadro geral de uma incipiente secularização, não é, contudo, absoluta, restando ainda a influência e os caprichos reais na aplicação do direito: “a calculabilidade do novo estilo do pensamento jurídico, reduzido ao aspecto formal não exclui, na cúpula, o comando irracional da tradição ou o capricho do príncipe”⁸.

Nas bases do Estado Patrimonial português destaca-se a figura da cidade, a moeda e o comércio. Para Faoro, o Estado Moderno precede o sistema capitalista e constitui a base para a emergência do novo modelo de produção. É com a dinastia de Avis (1385-1580) que se estabelece o Estado Patrimonialista, que detinha todas as terras e as transferia sua posse a iniciativa privada com o ônus de cultivá-la, fazê-la produzir em determinado tempo. Após a afirmação da soberania do Estado português, surgiria o Estado Patrimonialista de estamento, que não se confundiria com o Estado Absoluto. O

⁶ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 21.

⁷ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 27.

⁸ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 29.

estamento constitui um grupo de dependentes, “burocracia de caráter aristocrático, com uma ética e um estilo de vida particularizados, impregnado de estilo pré-capitalista”⁹.

Porém, como conviver, no capitalismo incipiente, diferente em Portugal que substituiu o trabalhador pelo comerciante e a navegação, com o Estado Estamental? Essa aparente contrariedade entre a racionalização do capitalismo e a tradição portuguesa na distribuição desigual da riqueza social quando se conta com o mundo colonial que lhe oferta bens, mesmo que isso implique que um grupo de ‘funcionários’, emissários do rei, beneficiados por títulos, estabeleçam o compromisso de enriquecer a si mesmos e a coroa além mar. O Brasil será o lugar onde essa mistura irá florescer.

É a figura do estamento burocrático a mais importante contribuição de Faoro a teoria política brasileira. O estamento seria um grupo aristocrático, próximo às decisões da coroa, que se alimenta da riqueza social sem que para isso precise produzir, economicamente, tarefa que caberia a burguesia comerciante¹⁰. Faoro esclarece que a burocracia que ele trata não é aquele que versa sobre a legitimidade racional, mas se trata de um corpo político centrado sobre si mesmo e beneficiado pelas concessões do rei, que com ela ‘divide’ a riqueza auferida pela coroa. O Estado Patrimonial português funciona como empresário que “manipula, que manobra os cordéis, os créditos e o dinheiro para favorecimento de seus associados e para o desespero de uma pequena faixa empolgada com o exemplo europeu”¹¹.

Seria o estamento que suga a riqueza e impede o desenvolvimento comercial, que obsta a modernização portuguesa e a formação da indústria. Retornando à percepção de Sérgio Buarque¹², o trabalho seria ‘inapropriado’ ao estamento português, o trabalho manual é objeto de preconceito, não cabível a alma do aventureiro, nos termos propostos por Raízes do Brasil. Crítico da situação do capitalismo português, ou melhor, da forma de capitalismo vivido por Portugal, Faoro afirma, que contrário ao liberalismo econômico, haveria a dependência externa do Estado e a dependência dos atores

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 63.

¹⁰ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 91.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 103.

¹² O próprio Faoro rende homenagem às posições de Buarque sobre a genealogia da moral do Brasil e o trato da coisa pública que se sucede no país. A contribuição fundamental de Buarque para o Brasil seria a análise da família patriarcal, que não teria sido superada no Brasil e contaminaria a estrutura política. FAORO, Raimundo. **A República inacabada**. Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. São Paulo: Globo, 2007, p. 273

econômicos em relação à tutela do Estado. É esta dependência que conferiria o arcaísmo da estrutura social tanto em Portugal quanto no Brasil:

Quem dita o ritmo é a economia mundial, forçando a ela se adaptarem, expressando, com ajuste, modernização e progresso. A empresa particular, pobre de recursos e de substância a acompanhar a corrida, se arrima ao Estado, que ao tutelá-la, a regula interiormente, sob os cuidados do estado-maior de domínio, que a provê e lhe estimula os passos. O círculo vicioso se reconstituiu, sob o acicate desse novo fator, acentuando as funções estabilizadoras – estabilizadoras qualificadamente, da camada dirigente, pai da economia e mãe de seus próprios membros. A sincronia do ritmo força a queimar etapas, em saltos que deixam, atrás de si, muitos resíduos obsoletos, incapazes de mudar sua fisionomia interior. **Este quadro tem muitos séculos, séculos portugueses e séculos brasileiros, todos unidos sob a mesma linha, intangível ao corte, à renovação e ao desaparecimento (negrito nosso)**¹³.

O estamento burocrático se localiza numa zona intermediária na pirâmide social. Neste caso de capitalismo haveria entre a burguesia, detentora dos meios de produção, e o operariado, trabalhador que vende sua força de trabalho, uma minoria que não se agrega aos padrões de comportamento e as aspirações de nenhuma dessas duas classes em contradição. Contrária à participação na sociedade, não se ‘mistura’ ao povo, nem depende da soberania popular, como fundamento político, ético e teórico do Estado. Com a ocupação das terras tropicais, esse estamento sobrevive e se adapta. Não precisa desenvolver nem as virtudes econômicas do capitalismo, nem as virtudes cívicas necessárias à legitimação política do Estado.

A colonização é um negócio do Rei. Segundo Faoro,

O sistema armava-se de três lados: o rei, concessionário e garante, com suas armadas e suas forças civis de controle de território; o contratador, armador das naus, vinculados aos financiadores europeus, interessados por sua vez na redistribuição das mercadorias na Europa; e o estabelecimento americano, a feitoria....¹⁴.

São as capitâneas, representadas na delegação pública de poderes. O modelo de concessão de privilégios era uma feitoria com distribuição de terras, cobrança de tributos, funções administrativas e bancárias. As capitâneas funcionavam como estabelecimento militar e econômico, promovia o aproveitamento dos recursos para a produção para o centro, ao mesmo tempo tem o dever de proteger o território. Se por um lado, o empreendimento além-mar se destaca com o tempo ele terá a função de receber o excedente demográfico. O estamento burocrático nacional surge a partir dos donatários que recebiam as concessões de terras. É importante frisar que as terras não eram

¹³ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 109.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 125.

propriedade, sentido atual, mas pertenciam ao rei, que doava o seu uso para dele extrair riqueza.

No quadro político-administrativo da colônia encontra-se o governador geral (Vice-Rei), os capitães gerais e os governadores das capitanias e municípios. Todos esses exerciam funções que estavam à margem de qualquer controle e limites legais. O quadro administrativo se completava com o juiz, o cobrador de tributos e renda, o militar e o padre, todos com a função de reforçar a autoridade metropolitana¹⁵. A justiça tinha como último escalão o ouvidor-mor, chefe administrativo e voltado aos litígios comuns, não estando sob sua jurisdição aqueles de maior status social. Ao lado dele, os cobradores de impostos, regidos pelo Governador-Geral. A rede fiscal se apropria das rendas através dos monopólios e concessões reais. Os militares são importantes na defesa e na cobrança de tributos. Já o exercício das funções de registro, casamento e morte, cabe à Igreja.

A estrutura social era formada, na colônia, tendo no topo o estamento burocrático, que se relaciona com as outras classes sociais. A burguesia incipiente, no Brasil, conviveria com o estamento burocrático. Haveria três classes: a classe proprietária, a classe lucrativa e a classe média (aqueles poucos trabalhadores qualificados), em oposição, aos escravos (objeto de propriedade), devedores, pobres e *classes baixas*. A classe lucrativa era praticamente intocada, o que lhe garantia o acesso a recursos e bens. Já “os trabalhadores, qualificados, semiquilificados e braçais se agrupam no extremo negativamente privilegiado”¹⁶. Na base da pirâmide, o escravo negro, sem qualquer possibilidade de ascensão social.

É importante frisar, tendo em vista os objetivos desta tese, é a consideração de Faoro sobre a formação da sociedade colonial e a perpetuação histórica das desigualdades, ancorada na proteção jurídica dos privilégios e na inércia política. Para ele, não houve rompimento entre o período colonial e a fase da industrialização exógena patrocinada pelo Estado que ocorre na primeira metade do século XX. Aquém da materialização dos princípios clássicos do liberalismo econômico, a sociedade brasileira nunca teria passado do pré-capitalismo, destruindo qualquer pretensão modernizadora que, efetivamente, alterasse a estrutura da sociedade e quebrasse o sistema de privilégios.

Para Faoro, no século XIX, o Brasil era aberto, desorganizado e insatisfeito, o que dará margem para as reivindicações que culminaram com a independência do Brasil. Ao contrário dos demais países que declararam sua independência da colônia, aqui ela não

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 216.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 238.

significará a elevação á República¹⁷. Instala-se a monarquia, com constituição outorgada, escravista, caudilhista e profundamente segregacionista. A independência do país manteve sob os exatos termos do período colonial, com a tentativa de reorganização da elite burocrática, a manutenção dos privilégios e a continuidade do estamento que sobrevive às novas configurações políticas e sociais.

No Brasil, coexiste um sistema de contradições que moldam a nação oficialmente independente a partir do século XIX, sem necessariamente romper com o modelo social de acomodação de prestígio e recursos precedente. Para Faoro, a singular situação política brasileira pode ser observada na aparente convivência de contrários, sem rupturas. Averiguação esta que guarda familiaridade com a posição de Sérgio Buarque. Assim, “a soberania – se soberania se trata – será nacional, que pressupõe um complexo de grupos e tradições, de comunidades e de continuidade histórica que cria e abate reis”¹⁸. Considerando o teor da assertiva transcrita, não podemos tratar o Estado Brasileiro como os elementos do Estado Moderno, mas um simulacro de instituições refratárias aos interesses populares, à revolução e à participação popular no processo político.

Esse é o quadro da monarquia brasileira. É nesse quadro de nasce a primeira constituição: liberal em seu discurso, caudilhista em sua prática. Faoro, ao abordar a Constituinte de 1824, afirma a distância entre o soberano e o país, realidades diferentes cuja proposta de união é fracassada, legou-se à nação uma Constituição outorgada.

O liberalismo clássico era impraticável no contexto brasileiro, porém a interpretação do discurso na versão nacional promoveu uma monarquia centralizadora que ignorava o primordial: o desafio de unir um vasto território, rural e mestiço. Não tardam as reivindicações e os movimentos federalistas, alinhados às revoluções que eclodiram na americana latina, chegam alguns alinhados ao discurso republicano. A monarquia brasileira é ameaçada pela instabilidade política, um legislativo pífio e a força centralizadora do imperador¹⁹.

Os clamores da massa foram aplainados pela tentativa de legitimar o processo político e viabilizar a afirmação de grupos, assim forma realizadas as primeiras eleições

¹⁷ No livro a República Inacabada, Faoro revisita os argumentos presente na sua principal obra. Naquela obra, ele afirma que a vinda da família real ao Brasil e 1808 provoca um corte no amadurecimento da ideologia política da independência. FAORO, Raimundo. **A República inacabada**. Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. São Paulo: Globo, 2007, p.

¹⁸ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 321.

¹⁹ FAORO, Raimundo. **A República inacabada**. Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. São Paulo: Globo, 2007, p. 78.

em 1837 e 1889, em que 10% da população de 10.000.000 podiam votar, com o voto de cabresto ainda para esta pequena parcela. A baixa resistência popular aos desmandos e ao mecanismo desigual de distribuição do poder, riqueza e prestígio, com a negociação de cargos e patentes, torna o rompimento com a monarquia agonizante um processo demorado e tardio²⁰. A ocupação dos cargos eletivos, tornada possível através do voto de cabresto e do apoio dos grupos familiares privilegiados, é uma herança da cordialidade entre afilhados, não uma disputa entre ideologias e propostas partidárias.

Segundo Faoro, seguindo a tradição weberiana de classificação da legitimidade em carismática, tradicional e legal, no Brasil, mesmo após a independência e em transformações modernizadoras e pseudo democráticas, persistiria a legitimidade tradicional, representada na figura do estamento burocrático. Ele considera que uma camada intermediária das lutas sociais, segundo a qual “nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania”²¹. Seria o estamento a camada dirigente que sobreviveu às várias mudanças de poder e, somente, com pouca renovação e abertura, consegue transmitir os privilégios adquiridos às novas gerações que o sucederam no poder.

O Estado patrimonial brasileiro representa um grande pai ao distribuir privilégios e inviabilizar a iniciativa individual, minimiza os riscos econômicos em troca de um confortável lugar garantido pela tradição. Eficiente na forma de apropriação dos bens coletivos e a riqueza social por uma pequena parcela privilegiada. Faoro assevera: “Dessas circunstâncias e dessa massa se compõe a aristocracia, não só a de títulos e condecorações, mas a de governo. Ela assenta sobre séculos e se alonga sobre o patronato”²².

O patronato, estamento burocrático a que se refere Faoro, seria uma categoria social fechada sobre si mesma, que manipula a lealdade com os cargos públicos e através deles mantém estanca sua posição social. Para agravar mais a situação, ocorre a dependência privada dos recursos públicos de vários seguimentos da sociedade. Os órgãos formadores de opinião, por exemplo, ao receberem fundos para sua manutenção, não têm independência ideológica. Porém, não só este setor, os grupos econômicos seriam

²⁰ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 432.

²¹ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 445.

²² FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 447.

sufocados pelo Estado, que lhe tiraria a autonomia para empreender e gerar riqueza²³. Seria, portanto, a atuação do Estado empecilho para a concretização do liberalismo econômico no Brasil.

A colônia primária, exportadora e de monocultura é seguida pelo país exportador e economicamente desajustado. O que muda é o fundamento jurídico, o direito à terra: a partir do segundo império, a propriedade fundiária que estava nas mãos do Rei deixa de ser um instituto administrativo (assemelhado ao que chamamos hoje de concessão de bem público) para se tornar propriedade, no sentido civilista, título que une domínio e posse em um só detentor. Permanece, no entanto, a monocultura exportadora (o ciclo do açúcar e o ciclo do café), sob os auspícios da gerência externa inglesa. Esta impede a formação da indústria nacional, submetendo o país ao signo de ‘colônia’ de exportação de bens primários e importador de bens secundários. O desafio da industrialização, a muito custo, somente se procederá no século XX.

Faoro observa a dificuldade de o país vivenciar o liberalismo econômico, pois depende da estrutura estatal para produzir, aproveitando-se, assim, do conjunto de privilégios. O Estado é o avalista dos riscos²⁴.

No Brasil, a república e a federação surgem da contradição. Para Faoro, a república, fruto da fragilidade da monarquia e de uma economia esmagada, nasce nas mãos dos militares, força política ascendente da dialética do próprio sistema. Já a federação, diante do imenso Estado, parece como solução a divisão do poder político entre os grupos, trata-se de dividir as aspirações locais em face do centro de poder diminuindo, desta forma, a pressão exercida²⁵. No Brasil, as teorias republicana e a federativa são interpretadas de forma peculiar, serve a interesses bens distintos das realidades fundamentais dos discursos externos importados. Retomando o nosso argumento esboçado no Capítulo anterior, temos um discurso e dois mundos²⁶.

Se o soldado inicialmente tinha restrita sua participação política, a consciência sobre a política pressionava em sentido inverso. Somadas as suas frustrações a da sociedade, o caminho para a República se tornou próximo e rápido.

²³ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 452.

²⁴ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 448.

²⁵ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 535.

²⁶ A mesma crítica de Faoro à adoção do federalismo no Brasil, também encontramos em Adalberto Cardoso. CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade de trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 251.

A primeira República é um período que se estende até 1930. A economia centrada na exportação do café utiliza-se dos fundamentos do liberalismo, sem, contudo, abrir mão dos socorros do Estado, mesmo que repudie a intervenção estatal. No mundo do trabalho há a passagem da mão de obra escravocrata para a assalariada. Centrando as forças econômicas na agricultura para exportação, faltava ao país uma política industrial, segundo Faoro, porém mesmo assim, a industrialização começa a dar os primeiros passos²⁷.

Do ponto de vista político, a Federação e a república, vindas de um golpe militar, oportunista e sem adentrar temas nacionais e sociais relevantes, foi um ‘revolução passiva’. A descentralização política através da adoção do modelo federativo e, para Faoro, a instauração da anarquia, diante da desordem interna. A política brasileira, em face da federação recém-instaurada, ancora-se da articulação de forças entre o Estado Central e o Estado-Membro, que fazem verdadeiras barganhas políticas em troca do apoio e dos votos daqueles residentes em seus territórios. Para Faoro:

Esta a realidade política: o poder central, fosse a força armada ou o presidente da República, deveria, para subsistir, articular-se aos Estados, nomeando governadores ou com eles concertando um pacto federal, embora guardada, neste, a reserva de intervenção.²⁸

É interessante observar que até os nossos dias, a Federação brasileira, baseada no federalismo cooperativo e definidas as competências na Constituição Federal de 1988, apresenta limites insertos e fronteiras abertas²⁹.

Os tropeços políticos da República de então, denominada República velha e seu federalismo capenga, Favoreceu os poderes locais, com a chamada política dos governadores, o coronelismo e a insatisfação de grande parte da sociedade, aquém da participação nas decisões de poder. No federalismo brasileiro a disputa entre Estados ricos (como São Paulo e Minas Gerais) e a posteriori, a ‘partilha’ entre eles, marca o Estado Republicano constituído distante das reais necessidades da sociedade.

Os fraudulentos processos eleitorais, já conhecidos na monarquia, repetem-se na República. Faoro analisa detalhadamente os fatos que marcam a República Velha, os

²⁷ Discutiremos no próximo tópico a teoria de Celso Furtado, para quem houve, nessa fase cafeeira, a retenção de moeda necessária ao processo de industrialização do país, que se inicia a partir de 1930.

²⁸ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 617.

²⁹ ARAUJO, Marcelo Labanca Correia de. **Jurisdição Constitucional e federação**. O princípio da simetria na jurisprudência do STF. São Paulo: Elsevier, 2010.

jogos de poder e a reprodução da lógica de apropriação do Estado e dos recursos sociais por uma pequena parcela da sociedade: o velho patronato.

O estado brasileiro, até a década de 1930 era fraco e não penetrava na sociedade e no território. A república brasileira que se engendra e culmina com o golpe de Getúlio Vargas decorre do processo tardio de modernização do Estado. Para Faoro, “falso o liberalismo, falsa a democracia, falsa a economia, falsas as premissas sobre que se assentam as instituições”³⁰.

A partir de 1930 do Brasil entra na segunda República. O momento de instabilidade política e de reivindicações do recente proletário urbano que se formara, esses trabalhadores imigrantes europeus vivenciaram o movimento sindical e as teorias críticas de esquerda e anarquistas, foi o estopim para os movimentos de grupos de poder alternativos a política do café com leite. O patronato político se sentiu ameaçado pelo comunismo que chegara ao Brasil como ideologia alternativa ao monarquismo saudosista e ao falso liberalismo. Nesta época, justificam-se as primeiras reivindicações de trabalhadores³¹, uma concessão estatal com o objetivo de apaziguar as reivindicações sociais, sem necessária romper com os privilégios historicamente adquiridos.

Imprescindível era a definição de um novo papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico com sua participação direta na proteção da economia nacional (exportadora de produtos primários) e seu impulso para o processo de industrialização iniciado na Era Vargas³². Vargas, apesar das concessões sociais, como a Consolidação da Legislação Trabalhista, será um governo marcado pelo autoritarismo e inaugura no Brasil o Estado ditatorial, que custará a ser superado.

A sociologia da inautenticidade e os percalços da formação institucional brasileira

A sociologia da ‘inautenticidade’ se utiliza das categorias weberianas e as aplica ao Brasil, buscando aqui produzir também seus tipos ideais³³. Tomando emprestada a

³⁰ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 751.

³¹ Adalberto Cardoso tematiza mais amplamente a formação da classe trabalhadora no Brasil e as contradições que se encerram a partir da cidadania regulada e do papel do Estado na regulamentação do trabalho assalariado no Brasil. CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade de trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

³² FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 809.

³³ Dois autores discutidos anteriormente são exemplos do uso das categorias weberianas, Buarque e Faoro. Ambos discutem o processo de formação do Brasil a partir de sua herança portuguesa. Em Buarque, os usos

compreensão weberiana da sociedade e o discurso ético e econômico que os viabilizou, buscaram os autores da sociologia da ‘inautenticidade’ aplica-los ao Brasil, o que não funcionou. Evidentemente o protestantismo ascético não prosperou nos trópicos, nem a ética do trabalho, nem a burocracia, na gestão dos bens públicos. Aqui ao contrário, o personalismo se sobrepõe à isonomia, os interesses pessoais estão acima dos coletivos, a ‘ausência’ de ética do trabalho, engessaria a pirâmide social. Tais conclusões são verdadeiras, porém suas causas não podem ser imputadas às escolhas individuais e a falta de moralidade, ou a uma ‘cordialidade’ falaciosa. No contexto do caos social, a base econômica de exploração tão importante para explicar a situação de precariedade em que vive a maior parte dos indivíduos, é desconsiderada nessas abordagens. A sociologia da ‘inautenticidade’ erraria no ponto fundamental: confunde causa e efeito. Não se pode indicar o ‘caráter’ dos indivíduos para justificar sua própria condição de subjugação, o processo social em que estão imersos, desvirtuaria sua moralidade.

Na linguagem weberiana, não haveria nos trópicos a secularização da cultura³⁴, condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo. A superação da situação de pré-capitalista e pré-modernos seria uma condição para a completa modernização, pelo menos, se entendêssemos uma linearidade no processo histórico e a evolução social, o que não nos parece ser a resposta mais adequada.

Neste ponto voltamos à análise de Oliveira³⁵, para quem o arcaico no Brasil se combina perniciosamente ao moderno, excluindo grande parte da sociedade dos benefícios do progresso econômico. A dualidade entre o moderno e o pré-moderno, sendo a condição nacional a segunda, não se aplicaria ao Brasil de maneira simples. Para Souza, o discurso institucional é moderno e internalizado pela sociedade, porém ela mesma se julga inferior e atrasada. A percepção de si, inserida no discurso de poder e nas ideologias

dos tipos ideais e das metáforas são seguidos pelos pares de opostos: aventureiro e trabalhador, que além do uso estilísticos e do apelo a memória social irrefletida, descoberta uma tentativa de explicação do Brasil que discute nossa ‘falta de aptidão’ para o desafio de se constituir enquanto civilização prospera. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Em Faoro, o uso da categoria estamento, que remete a ausência de mobilidade social, por burocrático, termo proveniente da sociologia de Weber, encontramos a discussão sobre a falta de racionalização, caracterizado por personalismo e patriarcalismo no trata com a coisa pública. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

³⁴ Neste caso entendemos os termos com três conotações básicas: no plano jurídico, representou o processo de ‘tomada’ dos bens da Igreja Católica pelo Estado; no plano sócio-político, o processo de separação entre o poder estatal do religioso; no plano ideológico, a superação de uma visão religiosa das relações sociais por uma versão impessoal e desprendida da tradição. MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização**: as categorias do tempo. São Paulo: UNESP, 1995, p. 25.

³⁵ OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 39.

de progresso, como representação interna que os indivíduos fazem si mesmos estaria condicionada a inserção de um discurso sobre o ideal de sociedade que não autêntico.

Quando analisa o processo civilizador de Nobeit Elias, Souza afirma que o adjetivo civilizado decorre mais da interpretação do mundo feita pelo sujeito, em que as normas de conduta são internalizadas³⁶. Assim, a repressão interna, poderia ser associada à ideia kantiana de dever³⁷, seria maior que a externa, viabilizada pela coerção ou coação estatal. O sujeito civilizado, constituído no processo social e histórico, seria oposto em alemão à *kultur* (cultura), já que esta seria um saber irrefletido e ‘natural’, enquanto o civilizado produziria uma reflexão elaborada sobre si mesmo e o mundo. O civilizado seria capaz de se portar socialmente, relacionar-se com outros homens e com as instituições segundo padrões tidos como ideais, segundo um código de conduta social hierarquicamente superior. Seria, assim, um processo longo de construção da identidade, que não seria possível sem seu contrário. Segundo Souza:

Elias percebe o processo civilizador como um *continuum*, representando uma nova fase de desenvolvimento da autoconsciência e autolegitimação de uma cultura específica. Fases anteriores do mesmo processo seriam a separação entre cristãos e infiéis, que enseja o surgimento das cruzadas como uma guerra de colonização e expansão. Já essa divisão traz em si e leva a um estágio posterior a lembrança de um passado comum latino e cristão, que influenciou todos os grandes povos europeus. É a partir dessa herança comum que será possível pensar as nações europeias, a despeito das diferenças nacionais que serão importantes, como veremos, como constituintes de uma cultura específica³⁸.

É interessante, em contraponto ao modelo individualista weberiano, que para Elias não existe sujeito, já que sua análise é sistêmica. Também haveria varias experiências de civilização, como a França e a Alemanha, citadas por Elias, o que torna o processo civilizatório multifacetado. O processo civilizatório é em si mesmo seletivo.

Outro autor estudado por Souza para caracterizar o processo de modernização é Jürgen Habermas. Inicialmente, tido como herdeiro da teoria crítica, Habermas ao longo de seu amadurecimento acadêmico se aproximou da teoria dos sistemas e da pragmática linguística. Ao tratar da racionalização, entende Habermas como traço da cultura moderna a distinção entre o mundo da vida - conceito fenomenológico que remete aos espaços de interações comunicativas, e do mundo sistêmico - mediados pelos códigos poder e

³⁶ SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000, p. 56.

³⁷ O ‘dever’ pode ser interpretado a partir de uma visão kantiana de imperativo moral. KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 87.

³⁸ SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000, p. 43.

dinheiro. Para Habermas, aconteceria uma deformação no Ocidente com a interpretação da racionalidade apenas em sua versão instrumental, desprezando-se a comunicação e as interações vividas no mundo da vida. Habermas buscaria ampliar o papel da comunicação, da problematização e da formação de consensos, o que significaria um aprendizado reflexivo.

Conclusão

Faoro aborda em seu texto um longo período da história do Brasil e de Portugal, alimentando a tese fundamental sobre a permanência histórica do estamento, representado por uma estrutura político-social que resistiria às transformações fundamentais do poder no país e permaneceria, por séculos, beneficiada na distribuição da riqueza e dos benefícios sociais. Sua origem remonta ao Estado Português, sendo que a investigação de Faoro termina na Era Vargas, o que significa o fim do estamento burocrático então.

Como modelo distribuidor de privilégios, o Estado Patrimonialista, independente de lastreado no modelo colônia ou no país republicano, numa constituição simbólica³⁹ e destituída de participação, continua sem soberania popular, além de reverso ao processo de modernização institucional, econômica e política.

O livro de Faoro, publicado em 1958, encerra-se nessa fase da história do Brasil. Ele não produz uma obra posterior sobre o Brasil, no período que segue se implanta o autoritarismo do regime militar. Alguns textos esparsos são editados sem que se constitua algo sistemático como os *Donos do Poder*.

Referencias

ARAUJO, Marcelo Labanca Correia de. **Jurisdição Constitucional e federação**. O princípio da simetria na jurisprudência do STF. São Paulo: Elsevier, 2010.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade de trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

³⁹ Utilizamos da classificação de Marcelo Neves, segundo esta as Constituições são classificadas em: (a) constitucionalização simbólica destinada à corroboração de determinados valores sociais; (b) constituição como forma de compromisso dilatatório; e (c) a constitucionalização álibi. NEVES, Marcelo. **A constituição simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, p. 102.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

_____ **A República inacabada.** Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. São Paulo: Globo, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização:** as categorias do tempo. São Paulo: UNESP, 1995

NEVES, Marcelo. **A constituição simbólica.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista.** O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber.** Brasília: UNB, 2002.